



A INVISIBILIDADE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RUA DENUNCIADA EM CARTUNS

Juçara Zanoni do Nascimento*
Fábio Santos de Andrade**

Resumo: Cotidianamente, convivemos com a negação dos direitos básicos da criança e do adolescente em situação de rua. Ruas e praças de todo o Brasil servem de moradia e de espaço de sobrevivência para adultos e crianças, tornando sua presença notória, mas, ao mesmo tempo, invisível. Tendo como base essa realidade, o objetivo deste artigo é realizar uma leitura e apresentar uma análise de quatro cartuns que denunciam o problema social: a invisibilidade da criança e do adolescente em situação de rua. O cartunista, por meio do cartum, apresenta o cotidiano de crianças e adolescentes nessa situação de forma crítica e reflexiva, tornando esse gênero textual um importante instrumento de compreensão e análise. Para isso, foram utilizados os pressupostos teóricos sobre texto e leitura (KOCH; ELIAS, 2006) e a compreensão do cotidiano de crianças e adolescentes em situação de rua (ANDRADE, 2019). Foram escolhidos quatro cartuns que revelam as vivências de crianças e adolescentes nessa situação, que serviram para a análise sob a luz desse referencial teórico. A invisibilidade tornou-se o objeto central na análise, reafirmando cotidianamente a rua como espaço de pertença dessas crianças e adolescentes, tornando-as invisíveis às políticas públicas e à garantia de direitos, contrariando o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

Palavras-chave: Criança e adolescente. Situação de rua. Invisibilidade. Cartum. Leitura.

* Doutoranda em Letras (Linguística/Texto e Discurso) pela Universidade Estadual de Maringá. Mestra em Estudos de Linguagens pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Especialista em Formação de Profissionais da Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Graduada em Letras - Bacharelado - Hab. Trad./Int. Por./Ing. pela UFMS. Graduada em Letras - Licenciatura Plena - Hab. Port. Ingl. pela UFGD. Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Professora efetiva na Universidade Federal de Rondônia. *E-mail:* jzanoni@hotmail.com

** Doutor em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Mestre em Ciências Sociais (área de Sociologia) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Graduado em História e especialista em Políticas Públicas e Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Pesquisador da História Social, da Educação Social e da Sociologia da Juventude, atuando com os seguintes temas: povos e culturas tradicionais, vida cotidiana, movimentos sociais, educação popular, crianças e adolescentes em situação de rua e pessoas em situação de rua. Líder do Humanize: Grupo de Pesquisa sobre História, Educação Social e Vida Cotidiana. Vice-líder do Grupo de Estudos Pedagógicos (GEP). Coordenador do grupo de estudos sobre crianças e adolescentes em situação de risco (Dacie/Unir). Educador social. Professor adjunto do Departamento Acadêmico de Ciências da Educação (Dacie) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar - Mestrado e Doutorado Profissional da Universidade Federal de Rondônia (Unir). *E-mail:* fabioandrade@unir.br / fasaan@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Iniciamos nosso artigo fazendo um convite para que imaginemos uma situação. Imagine-se chegando a uma cidade que ainda não teve a oportunidade de conhecer. Imagine-se caminhando por ela, percorrendo suas ruas. Caminhe prestando atenção em tudo ao seu redor, nas ruas, na arquitetura, nas praças, nas pessoas que ali estão. Perceba o caminhar de cada pessoa. Observe as que estão sentadas. Note as pessoas de todos os lugares ao seu redor. Atente-se a cada uma delas.

Ao chegar a uma cidade desconhecida, nosso olhar procura as belezas e o encanto daquilo nos faz sentir bem e realizados. Mas esse mesmo olhar pode nos trair, pois nem sempre enxergamos o que está diante de nós. No exercício de imaginação, descrito acima, prestamos atenção nas ruas, nas praças, mas raramente nos atentamos às pessoas que estão em situação de rua.

As pessoas que moram nessas condições são compreendidas como invisíveis sociais e, por isso, ficam à margem da sociedade em diversos cantos do território brasileiro, sobrevivendo de caridade, do resultado de roubo/furto e do trabalho.

Cotidianamente, convivemos com a negação de direitos básicos dessas pessoas mais pobres e vulneráveis, que tentam manter a sobrevivência individual e/ou coletiva desenvolvendo táticas de sobrevivência lícitas ou ilícitas. Nesse contexto, não vivem apenas adultos, mas também crianças e adolescentes, que por muito tempo foram e ainda são esquecidos por nós e pelo Estado.

Atualmente, de forma bem lenta, o olhar para a criança e o adolescente em situação de rua vem ganhando um pequeno espaço nas mídias. Já é possível encontrar alguns gêneros de texto que denunciam essa situação, principalmente aqueles de cunho mais crítico, que nos levam a refletir sobre o cenário atual, como é o caso, por exemplo, do cartum.

Cartum é um gênero textual/discursivo multimodal no qual a construção textual surge a partir de múltiplas linguagens (verbal, não verbal e elementos semióticos). "A palavra cartum vem do italiano *cartone* e significa gabarito de papelão para esboçar desenhos em murais" (MORETTI, 2012, p. 10).

Atualmente, esse gênero se apresenta com uma aparente dosagem de humor, que convida o leitor para a reflexão, pois, na realidade, faz uma crítica de ordem social, econômica e/ou cultural sobre um contexto específico, ou seja, majoritariamente, critica um problema atemporal que acontece em nossa sociedade e nos faz refletir sobre ele.

Com base nesse contexto, neste artigo, temos como objetivo apresentar e realizar uma leitura e análise de quatro cartuns que denunciam um problema social: a invisibilidade da criança e do adolescente em situação de rua.

Para isso, este texto está organizado da seguinte maneira: em um primeiro momento, para entendermos quem são os sujeitos representados nos textos analisados, apresentaremos um

percurso histórico de como a criança e o adolescente são vistos pela legislação brasileira. Em seguida, teceremos ponderações teóricas nas quais são levados em conta conceitos como linguagem e construção de sentido por meio da leitura intertextual. No momento seguinte, consideramos as leituras e análises dos cartuns selecionados. Por fim, trataremos das considerações finais com base nos resultados.

A CRIANÇA E O ADOLESCENTE À LUZ DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Inicialmente, destacamos que o problema envolvendo crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil estende-se do século XVI ao XXI. Por todo esse tempo, essas crianças e adolescentes sofrem violências e são marginalizados como se não pertencessem ao "mundo dos humanos", permanecendo invisíveis às políticas públicas e sendo vítimas de crueldades inimagináveis.

Essa situação só começou a ser modificada no final da década de 1980, quando o país passava por um processo de "redemocratização", em que a sociedade civil se mobilizava na defesa da igualdade dos direitos garantidos pela Declaração Mundial dos Direitos Humanos, elaborada em 1959. A partir dessa mobilização, surgiu a Constituição Brasileira de 1988, cujo Artigo 227 é direcionado a todas as crianças e adolescentes, sem quaisquer distinções.

Art. 227 – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2006).

A partir desse artigo, originou-se, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990). O ECA, como é popularmente conhecido, é considerado uma das mais modernas leis direcionadas a questões da criança e do adolescente, servindo, inclusive, como referência para outros países. O Estatuto consiste na visualização da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, de deveres e de saberes, independentemente de sua condição social ou étnica.

A principal mudança apresentada pelo ECA está em seu artigo 4º, quando: 1) define, por ordem, os responsáveis pela defesa e garantia dos direitos, considerando a família como primeiro espaço educativo, de defesa e proteção, rompendo com o que pregava a política do chamado "Estado Padrasto"; 2) define como prioridade absoluta a proteção, defesa e garantia de direitos tendo como base a Doutrina da Proteção Integral; e 3) elenca os principais direitos que devem ser garantidos e efetivados:

Art. 4 – É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

No entanto, o ECA trilha um caminho difícil e sua efetivação é lenta e desorganizada. Após 30 anos, muitas crianças e adolescentes são privados de condição de desenvolvimento e obrigados a assumir, precocemente, o papel de adulto. E aqui destacamos aqueles que estão em situação de rua.

O desemprego tem forçado várias famílias a fazer de seus filhos pequenos instrumentos para geração de renda, obrigando-os a abandonar as atividades próprias da infância. As crianças e os adolescentes, em número significativo nessas famílias, utilizam a rua para conseguir algum dinheiro. Para isso, procuram dominar o espaço público por meio de táticas de sobrevivência. Dessa maneira, tornou-se comum encontrar, em diversas cidades brasileiras, um número considerável de crianças e adolescentes em situação de rua, bem como a elaboração e execução de diversas políticas que tentam, de alguma forma, dar conta dessa problemática.

A vida cotidiana dessas crianças e adolescentes é marcada pela carência de estruturas básicas capazes de possibilitar sua sobrevivência, tais como saúde, educação, infraestrutura urbana, saneamento básico, entre outras. No entanto, é com base nessas carências que surgem as táticas capazes de promover a manutenção de suas vidas, tornando o cotidiano um espaço revelador dos processos de funcionamento e de transformação da sociedade.

Normalmente, essas táticas de sobrevivência exigem uma convivência grupal entre os usuários do espaço urbano, o que possibilita a otimização do tempo e promove a eficácia da ação executada por eles. Essas crianças e adolescentes em situação de rua estão distribuídos em diversos grupos, cada um com características próprias e regras de convivência e sobrevivência. Dentre os diversos grupos, Andrade (2019, p. 87) destaca cinco:

1. Crianças e adolescentes que mantêm vínculo com a família e com a escola – Os membros deste grupo mantêm fortes vínculos familiares, têm residência fixa e frequentam a escola. Vão à rua desenvolver táticas de sobrevivência, no turno oposto ao da escola, a fim de gerarem renda para contribuir no sustento da família. Em muitos casos o rendimento escolar é baixo, tendo em vista que as táticas de sobrevivência provocam o esgotamento físico e mental, o que, conseqüentemente, interfere na execução das atividades escolares;
2. Crianças e adolescentes que mantêm vínculo com a família e que abandonaram a escola – Os membros deste grupo mantêm fortes vínculos familiares e têm residência fixa, no entanto, deixaram a escola, priorizando a ida à rua, na tentativa de garantir a sobrevivência individual e familiar. Desenvolvem táticas de sobrevivência na rua e retornam para casa ao final do dia levando os ganhos que complementam o sustento da família;

3. Crianças e adolescentes que vão à rua acompanhados da família – Esse grupo vai à rua em família e retorna para casa ao fim do dia. Normalmente é composto, principalmente, por pais e filhos e as táticas de sobrevivência são desenvolvidas em grupo, destacando especialmente a mendicância;
4. Crianças e adolescentes que tomaram a rua como moradia, mas ainda mantêm vínculos familiares – Esse grupo passou a residir na rua, mas ainda mantêm vínculos com as famílias, que têm residência fixa, visitando-as regularmente. Em muitos casos, as famílias residem em cidades diferentes das que as crianças e adolescentes em situação de rua estão;
5. Crianças e adolescentes que perderam os vínculos familiares, tomando a rua como moradia – Esse grupo é formado por crianças e adolescentes independentes. Os laços familiares foram rompidos por diversos fatores (distância, brigas, exploração, abusos, falta de comida etc.). Vivem em grupos que delimitam espaços, regras de convivência e funções na rua. Desenvolvem táticas de sobrevivência diversas: roubo, mendicância, malabares, uso e venda de drogas, relações sexuais consentidas ou pagas. Muitos formam famílias e têm filhos, mesmo morando na rua. Há casos em que bebês são alugados para outros membros do grupo, para serem usados como sensibilizadores na mendicância, fazendo-se passar por pais da criança. Assim, para eles, a rua se torna um lugar de dinâmicas variadas.

A rua dos meninos de rua não é a mesma do transeunte comum, das pessoas que saem a passeio ou para o trabalho. É uma rua invisível para a maioria da população que por ela circula. "Os que vivem na rua, nela constroem as relações definidoras de suas existências. Redefinem o espaço, erguem paredes invisíveis, numa partilha minuciosa dos locais" (CRAIDY, 1998, p. 21).

Dando sequência, teceremos, a partir da Linguística Textual, algumas considerações teóricas acerca de linguagem, texto e intertextualidade, conceitos relevantes para o estudo ora relatado.

DA LINGUAGEM À INTERTEXTUALIDADE

A concepção de linguagem que orienta este trabalho é entendida como forma ou processo de interação. Pelo viés dialógico interacional da linguagem, os sujeitos são compreendidos como construtores sociais, que juntos se constroem e são construídos por meio do texto. Diante dessa perspectiva teórica, o texto é o lugar de constituição dos interlocutores (KOCH; ELIAS, 2006).

Trata-se também de um evento comunicativo, compreendido de forma ampla, do qual fazem parte os elementos linguísticos, visuais e sonoros, além dos fatores cognitivos e sociais.

Para se realizar a leitura de um texto, ou seja, construir os sentidos dele, é preciso acionar o processamento textual mobilizando vários tipos de conhecimentos que temos guardados na memória. Koch e Elias (2006, p. 39) afirmam que, "para o processamento textual, recorremos a três grandes sistemas de conhecimento: linguístico, enciclopédico e interacional".

Segundo essas autoras, o conhecimento linguístico envolve o conhecimento gramatical e lexical presentes na superfície do texto. Isso significa que para realizar a leitura é preciso conhecer o léxico e a gramática da língua. O conhecimento enciclopédico envolve os conhecimentos gerais sobre o mundo, isto é, para se fazer a leitura, é preciso conhecer elementos do mundo. Para isso, é preciso viver, já que todo conhecimento apreendido ao longo da vida pode ser mobilizado durante o ato de ler. Já o conhecimento interacional envolve as formas de interação que ocorrem por meio da linguagem, ou seja, para realizar uma leitura, é necessária a interação entre autor e leitor por meio do texto, pois é na interação que os sentidos são construídos.

Durante o processo de leitura, ativamos, praticamente ao mesmo tempo, todos esses conhecimentos. Além disso, para construir efeitos de sentidos, fazemos relações com outros textos já conhecidos; dessa maneira, fazemos relações intertextuais, cujo processo é conhecido como intertextualidade.

Bakhtin (2003), ao discutir questões sobre dialogismo, explica que os enunciados estabelecem relações semânticas com outros enunciados. A esse processo ele chamou de polifonia. Nessa perspectiva, os textos passaram a ser compreendidos como polifônicos, pois neles soam muitas vozes.

Para o que Bakhtin (2003) chamou de dialogismo, Fiorin (2006, p. 51) explica que Kristeva (1974) chamou pela primeira vez de intertextualidade. Para a autora, "todo texto se constrói como um mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto [...]" (KRISTEVA, 1974, p. 64), assim, todo texto é dotado de intertextualidade.

Sobre essa diferença teórica, Fiorin (2006) explica que Bakhtin denomina enunciado aquilo que Kristeva chama de texto. Assim, o termo dialogismo, cunhado por Bakhtin, foi substituído por Kristeva por intertextualidade. Nesse sentido, toda relação dialógica passou a ser entendida como relação intertextual.

Vale ressaltar que, na visão de Fiorin (2006), essa relação representa um equívoco, pois Bakhtin distingue "texto" de "enunciado". Para o autor russo, o "enunciado" evidencia a posição de uma voz dentro da sociedade, é um todo de sentido. Já o texto é a manifestação do enunciado, compreendido como uma realidade imediata dotada de materialidade, que surge do fato de ser um conjunto de signos. Dessa forma, o texto materializa o enunciado.

Pelo viés da Linguística Textual, a intertextualidade recebe atenção de pesquisadores que procuram estudar as relações estabelecidas entre os textos, a leitura e a construção de sentidos. Dentre esses pesquisadores, destacam-se Koch (2004), Koch, Bentes e Cavalcante (2007), Koch e Elias (2006; 2009).

De acordo com Koch e Elias (2009, p. 101), é por meio da intertextualidade que todo texto remete a outro ou a outros, constituindo-se como resposta àquilo que foi dito ou àquilo que será dito. A intertextualidade está na base de todo e qualquer dizer. Em sentido restrito, todo texto produzido faz remissão a outro(s) já ditos(s) que está(ão) na memória social dos leitores (KOCH; ELIAS, 2009).

Entre as muitas classificações para a intertextualidade, Koch (2004) argumenta que as alterações em textos-fonte podem ocorrer a partir de duas possibilidades: a intertextualidade implícita e a explícita. Na primeira, não há citação de fonte, no entanto, mesmo assim o leitor reconhece a presença de outros textos, como ocorre em poemas, entre outros, pois, embora não mencionem citações explícitas de um outro texto, para construirmos os sentidos nesse gênero, dialogamos com textos que podem estar relacionados a nossas paixões, por exemplo. Já na segunda, há citação explícita de fontes, como acontece em artigos científicos, nos quais citar as fontes dos textos mencionados é essencial.

Tanto a intertextualidade implícita quanto a explícita são fundamentais para construirmos os sentidos do texto durante o processo de compreensão textual.

No próximo tópico, trataremos das análises de quatro cartuns que apresentam cenas do cotidiano de crianças em situação de rua.

ANÁLISES

Os cartuns analisados apresentam como temáticas o trabalho infantil, a invisibilidade e a moradia, e a rua como moradia. Cada análise foi delimitada pelo cartum correspondente.

Para fazer a leitura do cartum 1, observamos a imagem de um menino e um carrinho de mão carregado de objetos diversos. Nosso conhecimento enciclopédico (KOCH; ELIAS, 2006) faz com que reconheçamos o modelo de carrinho como sendo de materiais recicláveis, pois está cheio de papéis, garrafas, latas de bebidas feitas de alumínio, amontoados em sacos e caixas. O menino não está bem-vestido e tampouco brincando com um carrinho de luxo. Esses elementos nos fazem relacionar a imagem do menino, bem pequeno, sem camisa, descalço e negro, presente no texto imagético do cartum, com outros textos e situações familiares: de crianças que trabalham recolhendo e comercializando lixo reciclável.

O texto verbal é constituído por três enunciados: (1) "Seis em cada dez crianças no Brasil vivem na pobreza"; (2) "Cadê você, menino?"; e (3) "Tô brincando de carrinho". Para identificá-los e compreendê-los, utilizamos os conhecimentos linguístico e interacional que dominamos (KOCH; ELIAS, 2006).

Trabalho infantil: cartum 1



Fonte: Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/criana-as-que-vivem-nas-ruas-ficam-expostas-a-violancia-sexual/447254>. Acesso em: 28 jul. 2019.

O primeiro enunciado nos orienta para a produção de sentidos, pois é a partir dele que é acionado o gatilho para compreendermos que, na imagem, o diálogo entre uma pessoa (2) e a criança (3) não se trata de uma brincadeira, como afirma o personagem, mas, sim, de trabalho.

Diante disso, chegamos à conclusão de que o cartum identifica e propõe uma crítica ao trabalho infantil que faz parte do cotidiano de muitas crianças e adolescentes em situação de rua. Conforme destacado por Andrade (2019), o personagem representa indivíduos que integram os grupos 1 e 2, isto é, que abandonam as atividades próprias de sua idade para assumir a função de responsável por parte da renda familiar.

De acordo com Souza (2002, p. 18), para Marx (1993), o trabalho "é o processo pelo qual o homem interage com a natureza, a fim de aprimorar-se de seus recursos, para a garantia de seu bem-estar físico e espiritual". As crianças e adolescentes que vivem nas ruas nada mais são do que o fruto de seu trabalho, um trabalho alienado, que existe apenas para manter sua sobrevivência e gerar capital.

Para o capitalismo, é o trabalho que define a essência humana. Portanto, o ser humano, para continuar existindo, precisa estar continuamente produzindo sua própria existência

por meio do trabalho. Isso faz com que sua vida seja determinada pelo modo como produz sua existência. Logo, o trabalho garante muito mais que a sobrevivência das crianças e adolescentes, garante seu reconhecimento como sujeitos produtivos da sociedade, na qual o trabalho é algo extremamente valorizado. Desse modo, as atividades conceituadas como táticas de sobrevivência devem ser vistas como novas formas de trabalho, mesmo que sejam, em alguns casos, consideradas ilícitas ou que desafiem a ordem social estabelecida pelo Estado.

Na rua visualizamos diversas crianças e adolescentes desenvolvendo trabalhos impróprios a sua idade e prejudiciais ao seu desenvolvimento físico e mental.

Invisibilidade e moradia: cartum 2



Fonte: Disponível em: <https://deposito-de-tirinhas.tumblr.com/post/59828544144/por-ricardo-tokumoto-wwwryotirascom>. Acesso em: 28 jul. 2019.

O cartum 2 é constituído por quatro quadros que apresentam um diálogo entre duas crianças. Para fazer a leitura desse gênero de texto, é preciso ativar conhecimentos enciclopédicos, linguísticos e interacionais (KOCH; ELIAS, 2006), pois, a partir deles, é possível notar

que, tanto no texto verbal quanto no não verbal, há menção de um elemento em destaque: a "capa de invisibilidade".

É por meio dele que fazemos as relações intertextuais, já que lembramos das capas de super-heróis e da própria capa de invisibilidade que ficou famosa com o personagem Harry Potter, da obra de J. K. Rowling (2000). No caso específico do cartum em análise, as crianças tornam-se invisíveis não porque a capa teria um superpoder ou seria mágica, mas porque ela é relacionada a um cobertor cinza, encontrado frequentemente com pessoas em situação de rua. A relação semântica estabelecida é que, ao utilizar o cobertor, as crianças, nessa situação, tornam-se invisíveis. Ou seja, estar em situação de rua remete o ser humano ao mundo da invisibilidade e a capa-cobertor o fixa na rua como parte desse cenário urbano.

É produtivo notar que a capa é um elemento do imaginário da criança, relacionada a vários personagens, mas, no cartum, é retomada pelo cartunista para criticar a questão social da qual as crianças são vítimas, uma vez que seriam invisíveis, ou seja, ninguém as veria ou se importaria com elas.

As paredes invisíveis não escondem somente dores, sofrimentos e ilegalidades; escondem também alegrias, amizades e novas histórias de vida.

Podemos também aprofundar a compreensão sobre as relações de poder que ocorre nas situações de rua, tomando como base Saquet (2010, p. 32), quando afirma que "o poder é produzido nas relações, em cada instante; não é uma instituição, mas um nome que se dá a uma situação complexa da vida em sociedade". Poder, nesse contexto, está diretamente ligado ao espaço de sobrevivência, a rua, e deve se manifestar com o objetivo de dominar o território. Assim, a rua se divide em territórios invisíveis ao transeunte comum, mas visíveis aos que estão em situação de rua.

Falar sobre a rua, necessariamente, leva-nos a refletir sobre um espaço comum, criado para a prática da sociabilidade. Desse modo, a rua deve ser entendida como espaço público urbano de uso coletivo, onde o diverso se encontra, transforma-se e se multiplica. A rua é um lugar de vida e morte, alegria e tristeza, sonhos e frustrações, passagem e moradia. A rua é lugar e não lugar. No entanto, como demonstra o cartum 2, a rotina de caminhar pelas ruas da cidade faz das cenas urbanas paisagens vistas por suas superficialidades e não por suas subjetividades. Em muitos casos, as rotinas e prioridades da vida humana fazem com que o visível da rua, o desinteressante, torne-se invisível aos olhos.

A rua só presta se você souber cair nela, se souber lutar, viver, como por exemplo, quando eu caí na rua eu não tinha amizade, eu não conhecia ninguém. Agora a gente é unido assim, se eu consigo uma coisa todo mundo vai comer. Se um tem um dinheiro assim, eles compram um negócio pra todo mundo. Se come e fica de marra a gente não deixa, todo mundo é irmãozinho (LEITE, 1998, p. 168).

Ao abordar a definição de "não-lugar", Marc Augé (2012) trata do oposto ao lar, ao espaço familiar, ao espaço personalizado. Afirma o autor: "se o lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar" (AUGÉ, 2012, p. 73). Dessa forma, o não lugar é representado pelos espaços públicos de rápida circulação (como as ruas) e marcado pela relação entre o indivíduo e os símbolos da supermodernidade. Augé (2012, p. 95) considera que "o espaço do não-lugar não cria identidade singular nem relação, mas solidão e similitude".

Invisibilidade e negação de direitos: cartum 3



Fonte: Disponível em: <https://amarildocharge.files.wordpress.com/2011/05/blog30.jpg>.

Acesso em: 28 jul. 2019.

O cartum 3 apresenta duas pessoas conversando e caminhando na calçada. Elas passam por seis crianças e adolescentes de rua, mas não os percebem. Para realizar a leitura do texto, também é preciso ativar conhecimentos enciclopédicos, linguísticos e interacionais (KOCH; ELIAS, 2006), considerando os aspectos verbais, não verbais e semióticos.

Fazemos relações intertextuais das crianças e dos adolescentes sentados na calçada com as crianças e os adolescentes em situação de rua porque estão descalços, magros, sem camisa, sujus.

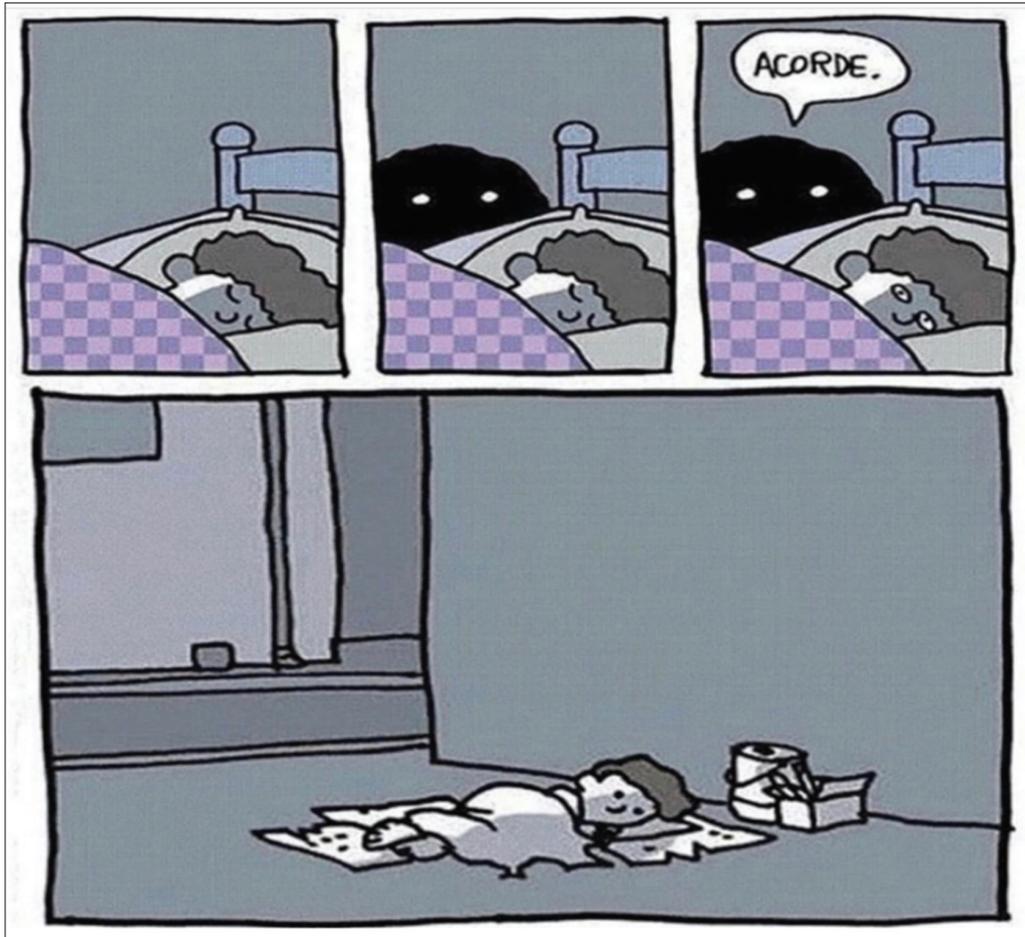
O diálogo das personagens, organizado em dois enunciados – “Eu queria muito adotar uma criança, mas a gente não acha nenhuma” e “Verdade” –, evidencia a questão da invisibilidade, pois estão caminhando ao lado de seis crianças, mas não as enxergam, porque, para a sociedade, elas são invisíveis.

Dessa forma, o cartum 3 ilustra o cotidiano da rua, onde crianças e adolescentes já se tornaram parte da cena urbana, diante do qual nos comportamos como se elas pertencessem a esse espaço, sem direitos humanos. Comportamo-nos como se a rua fosse o lugar da normalização e manifestação da pobreza. Nossa rotina torna as pessoas em situação de rua invisíveis enquanto seres humanos possuidores de direitos, e legitima sua existência como categoria marginalizada que deve viver de migalhas, trocados, doações, assistencialismos, caridade e pena. De acordo com Andrade (2019, p. 20),

Precisamos ressignificar a rua, pois ela não é, e nem deve ser, casa e nem lugar de moradia e sobrevivência. Precisamos entender que a saída da casa, tomando a rua como lugar de vida ou moradia, esconde muitos significantes que não estão visíveis na aparência e nem no comportamento dos que estão em situação de rua. Cada ser humano tem uma história de vida que o conduziu à rua e essa história não pode ser medida, qualificada ou quantificada. Uma vida que não pode ser analisada por pesquisadores que usam padrões de análise que não compreendem o mundo que se ergue na invisibilidade da rua, criando paredes, códigos, símbolos e signos próprios.

Talvez um exercício importante para nossa reflexão seja parar o relógio da rotina e, em um dia qualquer, observar a rua por onde transitamos. Contemplar as mudanças, a natureza e o concreto, as pessoas que nelas estão todos os dias e que não notamos. Tornar visível o invisível, observando menos os significados e mais os significantes, que só podem ser percebidos quando revisitamos nossas memórias. A esse respeito, Certeau (2011, p. 159) pondera que “escapando às totalizações imaginárias do olhar, existe uma estranheza do cotidiano que não vem à superfície, ou seja, superfície é somente um limite avançado, um limite que se destaca sobre o visível”.

O pesadelo de quando a rua vira casa: cartum 4



Fonte: Disponível em: @laertegenial. Acesso em: 28 jul. 2019.

O cartum 4 é constituído por quatro quadros, sendo os três primeiros menores, mas com as mesmas medidas, e o último, o maior, do tamanho dos três menores juntos. Os quatro quadros retratam a mesma criança, deitada. Para fazer a leitura do cartum é preciso ativar os conhecimentos enciclopédicos, linguísticos e interacionais (KOCH; ELIAS, 2006).

Nos três primeiros quadros, a imagem do menino vai mudando gradualmente. No primeiro, a personagem aparece dormindo plenamente em uma cama, aparentemente, em um quarto. No segundo quadro, há a mesma imagem do primeiro, acrescida daquilo que nosso conhecimento de mundo nos faz relacionar com um monstro. No terceiro quadro, há a mesma imagem do segundo, porém com uma indicação de fala do monstro – "ACORDE". Nesse quadro, o menino aparece deitado como nos demais, porém, com os olhos abertos, ou seja, acordado. No

último quadro, o plano se abre e o monstro desaparece, todavia, outro "monstro", muito pior, é anunciado no texto não verbal: é revelado que a personagem está dormindo na rua, e não no quarto. O monstro é o pesadelo que a criança em situação de rua enfrenta diariamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rua é o espaço onde muitas crianças e adolescentes desenvolvem suas atividades de sobrevivência. Esse espaço é duramente conquistado, constitui seu mundo. Sua maior lição de vida é a única "escola" que passam e frequentar sem evadir. Alguns, pela distância da moradia ou por problemas familiares, nem retornam às suas casas, fazendo da rua seu espaço de residência, sua nova casa, com regras e códigos de sobrevivência.

É onde encontram e reencontram seus companheiros, amores, amigos, inimigos e familiares; onde vivem e conciliam trabalho, educação, lazer; lugar em que muitos experimentam, pela primeira vez, drogas, relações sexuais e dores da violência gratuita; onde o lícito e o ilícito não sofrem distinções e também se concretizam como táticas de sobrevivência.

Se olharmos atentamente os cartuns analisados e conseguirmos levar nossa imaginação para além da normalidade que estabelecemos, podemos ver crianças e adolescentes em suas essências, não apenas os que estão em situação de rua, mas todos que se encontram em situação de pobreza, reconhecendo suas necessidades, suas fases de desenvolvimento, os direitos e deveres estabelecidos pela legislação, principalmente pelo ECA.

Assim, podemos nos questionar sobre quem realmente são essas crianças e adolescentes que estão em situação de rua; como realmente vivem e sobrevivem; como estabelecem suas relações de sociabilidade; como constroem seu mundo invisível e, principalmente, como veem outras pessoas a partir do lugar onde estão.

Em um jogo de espelhos, da mesma forma que as visualizamos, somos visualizados e analisados. Fazemos uma leitura da rua e somos lidos pelos que nela sobrevivem. Essa observação é importante para que as crianças e adolescentes em situação de rua compreendam os hábitos dos transeuntes e elaborem suas táticas de sobrevivência.

O Estado, que deveria garantir as condições básicas para sobrevivência e igualdade social da população, não cumpre seu papel, criando uma separação entre discurso e prática. Segundo Arendt (2004, p. 212), "o poder só é efetivado quando a palavra e o ato não se divorciam, quando as palavras não são vazias e os atos não são brutais". O que se vê nas ações do governo é o distanciamento entre palavras e atos, e isso possibilita que novas táticas de sobrevivência surjam no cotidiano dessas crianças e adolescentes, criando um "mundo" paralelo e invisível.

Dessa forma, um Estado paralelo se ergue dentro das paredes invisíveis da rua, o que configura, como nos afirma Foucault (2005, p. 30), uma nova forma de poder local, considerado como periférico ou molecular e que ainda não foi absorvido pelo Estado. A circulação

das crianças e adolescentes em situação de rua "guarda uma certa demarcação de territorialidade: há um circuito claro, formado por pontos em uma localidade, na qual se desdobra o seu cotidiano" (GREGORI, 2000, p. 103).

As táticas de sobrevivência exigem das crianças e adolescentes planejamento e execução que culminem na obtenção de bens materiais, inserindo-os no mercado de compras e possibilitando seu enquadramento no sistema capitalista, de modo a comportarem-se como consumidores, abandonando, em seu "mundo" e com seus pares, o rótulo de pobre, marginal. Ter dinheiro, para a criança e o adolescente em situação de rua, é um meio de inserção no "mundo" do respeito e da valorização.

Segundo Telles (2006, p. 100), acentua-se um período de "desmanche dos direitos", no qual "o 'pobre' é jogado para a esfera da natureza, mundo das hierarquias naturais através das quais a discriminação e exclusões se processam".

Desse modo, torna-se impossível falar em direitos sociais. A condição de pobreza e o desejo de consumo impulsionam o atingido a se tornar violador dos códigos, símbolos e signos impostos pelo Estado. São esses códigos, símbolos e signos que violentam o trabalhador pobre, pondo-o em uma situação de desigualdade e injustiça. Assim, a negação dos direitos básicos de sobrevivência à população, vista por muitos como negócio, configura a pobreza e se manifesta como uma das formas mais perversas de violência e crime.

Diante de um contexto desolador, no qual crianças e adolescentes são esquecidos e tornam-se vítimas da pobreza, sem dignidade, sem direitos básicos, vivendo em situação de rua, a leitura e análise de quatro cartuns revelaram estratégias textuais para criticar tal situação, por meio das temáticas escolhidas.

Foi possível apresentar e discutir quatro temas relacionados às crianças em situação de vulnerabilidade: 1) a criança e o adolescente em situação de rua que, em vez de ir para a escola, realiza atividades não condizentes com sua idade; 2) a criança e o adolescente em situação de rua que, no lugar de ter uma casa, faz das ruas e praças sua morada; 3) a criança e o adolescente em situação de rua que têm os seus direitos negados, como se não existissem; e 4) a criança e o adolescente em situação de rua que têm esse lugar "assombrado" por essa situação e pelo desejo de ter uma casa.

Por meio das análises, pudemos perceber quanto é preciso e urgente voltarmos o olhar e as atitudes da sociedade e do Estado para essa problemática avassaladora.

The child and adolescent invisibility in street situation denounced in cartoons

Abstract: Daily, we live with the denial of the basic rights of children and adolescents in street situations. Streets and squares throughout Brazil serve as a dwelling and survival space for adults and children, making their pre-

sence notorious and invisible. Based on this reality, the aim of this article is to present and perform the reading and analysis of four cartoons that denounce the social problem: the child and adolescent invisibility in street situations. The cartoonist, through the cartoon, presents the daily life of children and adolescents in street situations in a critical and reflexive way, making the cartoon an important instrument of understanding and analysis. For this, the theoretical assumptions about text and reading (KOCH; ELIAS, 2006); understanding the daily life of street children and adolescents (ANDRADE, 2019). Four cartoons were chosen that reveal the experiences of children and adolescents in street situations and that served for analysis under the theoretical framework. Invisibility became the central object in the analysis, daily reaffirming the street as a space of belonging to these children and adolescents, making them invisible to public policies and the guarantee of rights, contrary to what the Statute of Children and Adolescent (1990) advocates.

Keywords: Child and Adolescent. Street situation. Invisibility. Cartoon. Reading.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. S. de. *Crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil: táticas de sobrevivência e ocupação do espaço público urbano*. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

ARENDT, H. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

AUGÉ, M. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 9. ed. Campinas: Papirus, 2012.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. *Constituição da República Federativa: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 52/2006 e pelas Emendas Constitucionais da Revisão n. 1 a 6/94*. Brasília: Senado Federal, 2006.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990*. Disponível em: <http://bit.ly/2uKm8DU>. Acesso em: 28 jul. 2019.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. v. 1.

CRAIDY, C. M. *Meninos de rua e analfabetismo*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

FIORIN, J. L. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

GREGORI, M. F. *Viração: experiências de meninos nas ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KOCH, I. G. V. *Introdução à lingüística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

- KOCH, I. G. V., BENTES, C.; CAVALCANTE, M. M. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez, 2007.
- KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.
- KRISTEVA, J. *Introdução à semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- LEITE, L. C. *A razão dos invencíveis: meninos de rua: o rompimento da ordem (1554-1994)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Ipub, 1998.
- LEITE, L. C. *Meninos de rua: a infância excluída no Brasil*. São Paulo: Atual, 2001.
- MARX, K. *Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844*. Lisboa: Avante, 1993.
- MORETTI, F. *Aprenda a desenhar cartuns*. São Paulo: Criativo, 2012.
- ROWLING, J. K. *Harry Potter e a pedra filosofal*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- TELLES, V. da S. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* 2. reimp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

Recebido em setembro de 2020.

Aprovado em janeiro de 2021.